

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e cinco e vinte e sete de novembro de dois mil e vinte, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **41ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 41ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 25/11/20 – Horário: 09:40h às 12:25h.

Acácia Cruz (Rosa Fortini), Chander Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Cláudia Laureth (FLACSO), Edmar Camata (SECONT), João Luiz Paste (IJSN), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Maria da Penha Rocha (Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Margareth Coelho (SEAMA), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Mirian Porto (SECONT), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Rita de Cássia (SETADES) e Soraya Benetti (FLACSO).

Participantes da 41ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 27/11/20 – Horário: 13:41h às 18:27h.

Acácia Cruz (Rosa Fortini), Ana Carolina Maciel (Renova), Ana Cristina Ablas (Renova), Carlos Anselmo Cenachi (Renova), Carolina Berg (EY), Chander de Freitas (AGERH), Cláudia Laureth (FLACSO), Daniel Perini (Renova), Edmar Camata (SECONT), Guilherme Rodrigues (Renova), Izabel dos Santos (ASPERQD), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), Karine de Oliveira (Renova), Leonardo Mansur (Renova), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Margarete Coelho (SEAMA), Maria da Penha Rocha (Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Maria Luciana Nazario Gonçalves (Ouidoria), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal e Silva (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Mirian Sacramento (SECONT), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Rita de Cássia (SETADES), Sérgio Ferreira (Renova), Simone Meira (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), e Walquíria Soares (IEMA).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação de Ata da 40ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS.

Discussão	Após consulta aos membros, a ata foi aprovada conforme minuta previamente distribuída, sem objeção.
------------------	---

3) Orçamento dos PGs 06, 35 e 36 (extra pauta).

Discussão	João Paste convidou todos os presentes para reunião virtual que acontecerá na próxima segunda-feira (30/11), na qual a Fundação Renova apresentará o Plano de Ação 2021. Ressaltou que o PG 06 foi aprovado com orçamento apenas até 2020, está sem orçamento para o período 2021-2030. Carlos Cenachi disse ter a expectativa que no final do mês já será protocolada a proposta do orçamento plurianual de todos os programas do TTAC.
------------------	--

4) Devolutivas aos Encaminhamentos da 40ª Reunião Ordinária da CT-CTPDCS.

Discussão	João Paste listou os encaminhamentos da última Reunião Ordinária, que seguem: E-40.1 – Enviar evidências do processo de distribuição das informações, relativas à retomada de atividades nos territórios, E-40.2 – Disponibilizar a apresentação e dois anexos da análise das rádios de maior alcance por território, com detalhamento da população estimada e metodologia adotada, E-40.3 – Devolutiva referente a listagem de emissoras
------------------	--

<p>Discussão</p>	<p>comunitárias que possuem relação editorial com a Renova e E-40.10- Devolutiva sobre a compensação da área de lazer da comunidade, decorrente da captação de água no ponto, e informou que as devolutivas foram encaminhadas por e-mail, pela Governança da FR. João Paste registrou que algumas peças documentais relacionadas às informações e comunicação, em resposta ao encaminhamento da última reunião, não estão datadas. O representante da Fundação Renova disse que verificará o que ocorreu e que registrar a data em todo documento é diretriz para a adequada geração da informação, atentando para novas situações. Sobre encaminhamento E-40.5 – Devolutiva relativa à contratação de mão de obra local (PG 20), em Regência, não foi encaminhado ou apresentado pela FR.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-41.1 – Devolutiva relativa à contratação de mão de obra local (PG 20), em Regência. Responsável: Fundação Renova. Prazo: Próxima Reunião Ordinária.</p>
<p>4) Encaminhamento E-40.4 – Apresentar Planos de Mobilização Social e de Comunicação elaborados para diversos territórios.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Ana Carolina Maciel apresentou uma perspectiva geral do desenvolvimento dos trabalhos de mobilização social e de comunicação, as ações implementadas através de planos curtos ou temáticos e frisou que, independente da NT, estão trabalhando com planejamento, respeitando os avanços em cada território, para dar visibilidade ao trabalho para além da entrega do trabalho realizado no Plano de Ação da Foz Linhares/Sooretama. Rafael Mantarro questionou se a estratégia adotada foi ineficaz e se estão mudando tal estratégia para ações de curto prazo e ações rápidas por este motivo. Ana Carolina disse que as ações implementadas não foram realizadas com base nos resultados, mas em um planejamento que faça sentido, considerando a dinamicidade e o acontecimento de outros programas nos territórios. Leonardo Mansur complementou que a capacidade de adequação dos planos à realidade é uma constante no PG 06, considerando as readaptações aos outros 41 programas. Margareth Coelho indagou sobre a interface do PG 06 e PG 33, de Educação Ambiental, dentro da Fundação, com relação ao PIDRES e ao Plano da Foz. Ana Carolina respondeu que é um desafio e a palavra que resume a ação contínua é mediação; ressaltou que nos dois planos tem representantes do PG 06 participando, acompanhando os desdobramentos, levando informações e sensibilizando com as informações colhidas em campo. Marcos Ortiz perguntou à representante da FR como tem sido o acompanhamento do progresso na relação com os territórios e na relação do que se decide com o território e o que se leva a cabo na ação dos programas naquilo que decidiram por território, tendo em vista que os indicadores ainda estão em amadurecimento e definição. Ana Carolina informou que existem os indicadores quantitativos e qualitativos; que em termos dos qualitativos, as análises de cenários têm sido enviadas à CT; em termos de indicadores quantitativos, independente da definição dos indicadores, alguns já foram implementados e estão em acompanhamento; que é um grande desafio, ter um conjunto de indicadores que abarque os dois temas relevantes e complexos: participação e controle social; que as demandas coletivas são o indicador mais tangível hoje; que as pautas de reuniões, números de reuniões feitas a pedido e com as temáticas solicitadas pelas comunidades, manifestações e qualidade de atendimentos também são outros indicadores utilizados. João Paste contextualizou que a 3ª versão do Plano de Ação do PG 06 para Linhares e Sooretama é um avanço quando comparado a documentos anteriores; observou que parece haver uma maneira meio confusa de utilização de uma mesma designação para coisas distintas, a exemplo de “agendas prioritárias”, que ora indica ação do PG 06, ora do processo de reparação no território; “agenda” ora indica ação da GDCR, noutra indica ações dos diversos PGs. E, como ponto que carece de mais atenção, sendo a maior deficiência da proposta apresentada, a ausência da listagem dos processos, projetos, políticas e ações de cada um dos programas previstos para o território, para cada uma das Agendas Prioritárias. E, com a mesma dimensão, uma percepção de baixo</p>

<p>Discussão</p>	<p>acionamento de alguns programas criados com o objetivo de cuidarem da agenda social da reparação, destacando os PGs 02, 03 e 14, os quais também devem ter relacionados seus respectivos processos, projetos, políticas e ações. Por fim, observou que a proposta do Plano de Ação Integrada deve apresentar o cronograma, ou ao menos a cronologia das ações previstas, e a estimativa dos custos. Ana Carolina Maciel disse que a maior preocupação técnica é a integração e acompanhamento dos projetos através do PG 06. Walquíria Soares partilhou a percepção que teve de que o Plano de Ação apresentado deixou de fora quem deveria estar envolvido, as pessoas atingidas, e que ela não identificou processos que garantam a participação e o controle social. Guilherme Rodrigues indicou que muitas ações que constam nos documentos são fruto de participação social. Dra. Marta Zorzal parabenizou a equipe sobre a subdivisão dos 6 territórios, classificou a estratégia como muito importante, e questionou se os indicadores estarão refletindo nessa nova malha territorial e como isso será abordado na produção dos indicadores. Ana Carolina informou que ainda deve amadurecer este processo e que deverão estratificar esses indicadores. Guilherme Rodrigues complementou que, tomando o plano como referencial, o universo de ações que irão gerar evidências para esses indicadores, pode ser um número tão baixo de casos e não se teria qualidade nas informações; que o indicador enquanto medida, para os quantitativos, precisam de volume para um resultado consistente. Em seguida exemplificou como variam as quantificações, dependendo do objeto do estudo; que operacionalmente, as informações precisam ser analisadas com a finalidade de atestar se são proveitosas; que os níveis de organização da informação em um indicador devem ser dispostos para fins de gestão, visando apuração e aperfeiçoamentos e que está sendo realizado um primeiro esforço no contexto da implementação do plano, entendendo que são duas localidades que guardam uma relação, embora, com base na proposta do Fundo Brasil de Direitos Humanos decorrente do TAC-GOV, não existe essa correlação. Marcos Ortiz trouxe para a reflexão da CT a perspectiva da garantia de participação e controle social na reparação dos desastres, o que está patente no TTAC e que também tem previsão constitucional. Marcos proferiu que não é papel da CT-PDCS cobrar a efetividade dos outros programas via PG 06, mas que o PG 06 faça o papel de mediação para que os outros programas saibam fazer participação, planejem, produzam e passem a se orientar nos territórios, se adequando às necessidades locais, com os ajustes que a participação possa trazer e que ainda sente falta de informações como o tipo de método que vem sendo usado para fazer uma reunião ou para fazer a mobilização.</p>
<p>5) PG 06 – Pilar Diálogo Social – Nota Técnica nº 25 CT-PDCS/CIF, que trata de PTI.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Ana Carolina Maciel apontou dificuldades quanto à responsabilização do PG 06 pelas ações e na integração dos demais programas, tendo em vista a estrutura gerencial da Fundação. Com vistas ao nivelamento de todos, foi feita a leitura da minuta de deliberação da NT. João Paste reforçou o entendimento da CT-PDCS de que não é responsabilidade do PG 06 ou desta CT acompanhar e monitorar os demais programas e Ana Carolina solicitou que isto conste na NT e na proposta de deliberação, ao mesmo tempo em que solicitou a repactuação das datas estabelecidas na Nota Técnica. Foi proposta a discussão acordada reunião do GT PTI, dia 04/12/2020, às 9:30 horas, para avaliação de ajustes da redação na minuta.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-41.2 – Agendada reunião do GT-PTI para avaliação da proposta de deliberação decorrente da Nota Técnica nº25/2020. Responsável: CT-PDCS e Fundação Renova. Prazo: 04/12/2020.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-41.3 – Apresentação de nova proposta do Plano de Ação do PG 06 para Linhares e Sooretama com as discussões da 41ª reunião da CT. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima RO da CT-PDCS.</p>

Encaminhamento	E-41.4 – Apresentação de Planos de Mobilização Social. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima RO da CT-PDCS.
6) PG 06 - Nota Técnica nº 24 CT-PDCS/CIF, Indicadores e minuta de Deliberação do CIF.	
Discussão	<p>Guilherme Rodrigues partilhou da manifestação ao CIF quanto ao item 4.1 da 49ª Reunião Ordinária/CIF, referente aos Indicadores do PG 06, com base na Nota Técnica nº 24/2020/CT-PDCS e na minuta de deliberação. Houve debate sobre a exclusão do indicador nº 5 e dos indicadores complementares. João Paste frisou a importância do indicador 5 e que é necessário verificar se o processo de reparação tem sido capaz de trazer para o debate sobre o processo de reparação, todos os segmentos atingidos e que como ainda não temos o Plano de Mobilização, não há como saber como são feitas as mobilizações e não se pode discutir sobre isso. Guilherme Rodrigues avaliou que o indicador nº 5 pode trazer alguma utilidade, mas que a informação que ele poderia trazer não contemplaria a qualidade da participação, mas sim um grau de envolvimento da diversidade. João Paste avaliou que o indicador nº 5 deve ser mantido para dizer sobre a possibilidade da exclusão de segmentos sociais e não sobre validar qualidade, representatividade ou bons resultados da reunião. Ana Carolina registrou que serão enviados à CT exemplos concretos de mobilização, com o passo a passo, para se ter clareza dos processos. Marcos Ortiz disse que é válido o envio à CT de documento com exemplos de mobilização para conhecimento e assim permitir a discussão e sugestões. Milena Paraíso sugeriu aprimorar o indicador nº 5, agregando mais informações, e não sua exclusão. Guilherme respondeu que o maior desafio é a operacionalização desse indicador e que a sugestão da Milena torna o trabalho ainda maior e o indicador continuaria sem qualidade. Em relação aos quatro indicadores complementares, Ana Carolina destacou que os mesmos não devem ser vinculados ao PG 06. Guilherme disse que a FR se compromete em gerar as informações existentes, relativas a esses indicadores, e que a CT-PDCS poderá solicitar ao PG 01, por exemplo, informações referentes ao cadastro, e que o problema é a vinculação dos quatro indicadores complementares ao PG 06. João Paste pontuou sobre o partilhamento dos programas, tendo em vista que o processo de reparação deve ser visto como um todo. Dra. Marta Zorzal reforçou que os indicadores complementares compõem um quadro real do conjunto de informações, que indicam se a participação está ou não ocorrendo num sentido geral, junto aos outros indicadores e que entende que não seriam aplicadas sanções, caso a equipe do PG 06 não apresente esses indicadores. Guilherme Rodrigues reiterou que as informações estarão acessíveis à CT, mas que esses indicadores não devem fazer parte do PG 06. Ana Carolina expôs que o programa é auditado por processos e não por resultados, por isso a preocupação de tais indicadores estarem atrelados ao PG 06. Milena Paraíso partilhou que não basta trazer as informações dos indicadores somente como encaminhamento das reuniões, mas é necessário constar em documento que apresente os indicadores, para que seja fonte oficial de consulta, disponível periodicamente no site da Fundação. João Paste propôs o envio de solicitação à SECEX para a retirada do item 4.1 da pauta da 49ª RO do CIF para melhor organização dos documentos, tendo em vista a manifestação da Fundação através do Ofício FR.2020.1838-06, passando para a 50ª RO do CIF, no início de fevereiro de 2021, mas com a garantia de que os indicadores estejam aplicados a partir de 1º de janeiro de 2021. Acordado entre os membros da CT e FR reunião para tratativa da minuta de deliberação da referida NT.</p>
Encaminhamento	E-41.5 – Reunião para avaliar ajustes de redação na minuta de deliberação decorrente da Nota Técnica nº24/2020. Responsável: CT-PDCS e Fundação Renova. Prazo: 04/12/2020.
7) Aprovação do calendário de reuniões para 2021. E-mail enviado em 27/10/2020.	

Discussão	Após consulta aos membros, o calendário de reuniões para o ano de 2021 foi aprovado, conforme proposta previamente encaminhada pela coordenação da CT-PDCS.
------------------	---

8) GT Portal Transparência - Relatos dos avanços do GT.

Discussão	Pedro Strozenberg informou que conseguiu avançar com as oficinas, com as escutas nos territórios, com os atingidos mobilizados por diferentes formas, na linha da subdivisão dos territórios e que o resultado desse trabalho está sendo documentado e será entregue na primeira dezena de dezembro; que a agenda do Portal da Transparência foi levada ao Conselho Curador, bem como o desafio de se conseguir territorializar a informação, fazendo um cruzamento entre a questão orçamentária e programática, e gerou um desdobramento ao nível de diretoria; que segue o compromisso da área financeira em conseguir implementar para 2021 a territorialização dos gastos, mas que ainda não conseguiram chegar num cronograma ajustado, conforme sugerido pelo GT Transparência. Pedro Strozenberg solicitou apoio a Miriam Porto, pela experiência acumulada, e aos demais membros da CT para ajustes no site da Transparência. Miriam Porto sugeriu reunião prévia à elaboração de Nota Técnica e recomendações ao CIF referentes aos resultados do GT Transparência. Daniel Perini detalhou sobre o trabalho que está sendo realizado de escuta aos atingidos para averiguação da percepção dos mesmos sobre o Portal da Transparência e que fará a entrega do relatório na próxima semana, indicando alguma dificuldade dos atingidos quanto ao uso da internet e de acesso às informações do portal.
Encaminhamento	E-41.6 – Apresentação do Relatório da escuta nos territórios sobre o Portal da Transparência. Responsável: Fundação Renova. Prazo: previamente à 42ª Reunião Ordinária.
Encaminhamento	E-41.7 – Consolidação das avaliações da CT-PDCS, de manifestações da SECONT-ES e das discussões do GT Transparência em Nota Técnica. Responsável: CT-PDCS. Prazo: RO de janeiro/2021.

9) Reunião da Equipe de Diálogo no território de Alto Rio Doce (extra pauta).

Discussão	Ana Cristina Ablas relatou que foi realizada reunião com as Comissões de Santa Cruz e representação da Assessoria Técnica Rosa Fortini para discussão do Plano de Comunicação para divulgação do retorno das obras. A divulgação foi feita através de pílulas de WhatsApp e ligação para as lideranças. Informou que receberam vários questionamentos através de retorno das pílulas de WhatsApp como críticas e sugestões por não haver divulgação do Momento Renova na Rádio Comunitária Rio Doce, sobre a falta de produto de comunicação que chegue nas zonas rurais, e a diagramação das informações que dificulta a leitura pelos atingidos. Ana Ablas encaminhou todas as sugestões recebidas aos programas envolvidos para análise quanto a implantação. Comentou que o Boletim Jornada deveria ser impreso e entregue nos territórios, mas com a pandemia estão trabalhando somente com o envio de pílulas e que a falta de internet no território dificulta a comunicação. Informou que durante a pandemia as equipes continuam atuando normalmente, mas remotamente com reuniões iniciadas em setembro. Afirmou que a percepção que a equipe tem da variação do número de pessoas nas reuniões não é sobre o tema a ser apresentado, mas sim pela dificuldade de acesso à internet, mas que ainda assim houve um aumento no número de participantes. Em relação aos diálogos individualizados, foram ampliados os contatos para além das listas de stakeholders. Mencionou que a equipe recebeu relatos de que algumas obras foram iniciadas sem o conhecimento prévio dos atingidos e estão dialogando com os programas responsáveis para definir a maneira de como fazer chegar previamente esses comunicados. Acácia Cruz compartilhou que as reuniões remotas no território Rio Doce, Santa Cruz e Chopotó são desconhecidas da Assessoria Técnica, e que gostaria que essas
------------------	---

Discussão	reuniões fossem alinhadas com a Assessoria para articulação dos atingidos; que a aproximação e o diálogo estão bem escassos. Acácia Cruz pleiteou à representante da FR a elaboração do Plano de Comunicação no território de Alto Rio Doce e o prazo para a devolutiva das melhorias da comunicação e diálogo nos territórios. Ana Carolina frisou que a equipe está seguindo o protocolo de segurança do COVID-19, sendo o motivo da ausência de aproximação com o território. Maria da Penha Rocha reforçou a fala de Acácia Cruz e afirmou que a FR não informa os acontecimentos aos atingidos, e as informações que eles obtêm são aquelas informações que eles procuram.
Encaminhamento	E-41.8 – Aperfeiçoamento da comunicação do retorno das obras e dos meios de divulgação de informações no território de Alto Rio Doce. Responsável: Fundação Renova. Prazo: Imediato.
10) Encaminhamento E-40.9 – Proposta de regulamento para a Curadoria e atualização da proposta de identidade para o CIT.	
Discussão	Ana Karina Gonçalves fez uma breve apresentação dos documentos encaminhados a CT, em atendimento aos encaminhamentos: E-40.7- Encaminhar o documento relativo às recomendações para a elaboração dos projetos dos espaços fixos do CIT, E-40.8- Encaminhar e apresentar a proposta detalhada de estruturação para as unidades de suporte técnico para o funcionamento da Curadoria e E-40.9- Elaborar proposta de regulamento para o funcionamento da Curadoria. João Paste reforçou a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos na Deliberação CIF nº 437, de 17 de setembro de 2020, observando o ponto relativo à Curadoria e ao processo de construção da denominação e da identidade visual do CIT.
Encaminhamento	E-41.9- Devolutiva sobre os avanços na construção da identidade visual do CIT. Responsável: Fundação Renova. Prazo: imediato
Encaminhamento	E-41.10- Agendamento da Oficina de Curadoria dia 11/12/20 para tratativas quanto ao Regimento da Curadoria. Responsável: Fundação Renova. Prazo: imediato.
Encaminhamento	E-41.11- Agendamento da 42ª RO da CT-PDCS. Reunião preparatória dia 16/12 e Reunião pública dia 18/12. Responsável: Secretariado CT-PDCS. Prazo: imediato

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. A 41ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezoito horas e vinte e sete minutos.